

A indústria recupera-se sozinha. Sem ajuda de Delfim.

As vendas de bens de consumo durável em janeiro foram tão boas que o ministro Delfim Neto já desistiu de dar o prometido "assoprãozinho" para a reativação da indústria. Segundo o chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, isto é um indício de que, mesmo com os juros altos, é possível reaquecer os negócios. Ao mesmo tempo, o ministro Ernane Galvêas deixava claro ontem em Brasília que é quase impossível pôr em prática quaisquer das sugestões da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para reduzir as taxas.

Ikeda acredita que a economia está vivendo um fenômeno inverso ao registrado no ano passado: como as lojas estão vendendo mais, necessitarão de um estoque maior, o que provocará um aumento da produção, pois em 1981 os estoques foram eliminados.

Consumidor, a solução.

Este processo será completado mesmo que a taxa de juros se mantenha elevada, pois seu elemento impulsionador é a demanda a nível de consumidor final. E este consumidor, embora continue pagando juros altos, tem a vantagem do prazo mais elástico, reduzindo o valor da prestação mensal, o que para ele é essencial. O setor industrial, por sua vez, tem a liberdade de repassar aos preços o custo dos encargos financeiros, completando-se o ciclo.

Ikeda assegura que o governo está observando atentamente a evolução da demanda de bens duráveis, cujo crescimento começou em dezembro e prosseguiu em janeiro, quando a expectativa era de uma queda.

Ele frisou que se o setor industrial tiver condições de recuperar-se apenas pela ação da demanda a nível de consumidor, aumentando a produção sem novos investimentos, e apenas utilizando a capacidade ociosa, não será necessária ajuda adicional, o tal "assoprãozinho".

Juros

Por sua vez, o ministro Ernane Galvêas esclareceu que apenas uma das sugestões da Fiesp para baixar os juros talvez possa ser colocada em prática: a redução do Imposto de Renda sobre a remessa de juros pagos pelos empréstimos tomados no Exterior. Mesmo assim, a coisa é difícil porque depende de os Estados Unidos concordarem em não cobrar o imposto lá.

Galvêas informou que o governo brasileiro vem mantendo contatos com o Departamento do Tesouro neste sentido, mas tem encontrado muitas resistências. O projeto em negociação é mais amplo, podendo levar os dois países a assinarem um acordo para evitar a dupla tributação de juros, lucros, dividendos, royalties e outros rendimentos. Atualmente, o Brasil cobra 3,5% de Imposto de Renda sobre os juros, parcela que o governo norte-americano converte em crédito, tributando o restante.

Com relação à proposta de permitir às empresas do setor privado utilizarem a sistemática da Resolução nº 432 (permite o depósito excedente de moeda estrangeira no Banco Central), o ministro considera "difícil mexer nessa estrutura, pois o sistema tem-se revelado eficiente e está funcionando muito bem". A proposta de fazer um contingenciamento de créditos internos com a obrigatoriedade de tomar recursos externos, Galvêas acha "uma idéia não estudável". Quanto à outra reivindicação de impedir que as empresas estatais tomem empréstimos no mercado

interno, o ministro da Fazenda considera "as estatais já bastante limitadas", pois elas são obrigadas a disputar com as multinacionais a fatia de 30% do volume desses créditos. Os outros 70, por decisão do Conselho Monetário Nacional, devem ser emprestados a empresas privadas nacionais.

A queda possível

Apesar da "inflexibilidade" e da falta de condições técnicas para adotar as medidas propostas pela Fiesp, o ministro da Fazenda continua acreditando numa queda dos juros em consequência da diminuição dos níveis inflacionários. Contribuirá para essa queda a necessidade de o governo colocar menos títulos públicos no mercado aberto este ano.

A propósito dos lucros dos bancos, que no ano passado foram em média de 328%, Galvêas comentou: "E eles dizem que são castigados".

Números manipulados?

Apesar de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ter anunciado, no último dia 15, um crescimento de 10,76% para o setor agropecuário em 1981, composto por um crescimento de 13,97% da lavoura e 5,76% da pecuária, o documento oficial do órgão que circula na Secretaria de Planejamento e Ministério da Agricultura revela um crescimento mais modesto para o setor agrícola, de 7,67%.

Este índice se aproxima muito mais da estimativa de 7,2% feita por Julian Chacel, presidente do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, e se distancia do anunciado pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, de 9,5%, e do divulgado pelo próprio IBGE.

Fontes do governo não sabem explicar como o IBGE chegou ao índice de 13,97%, mas comentou: "Num ano eleitoral, o governo não pode apresentar ao País um PIB global com crescimento negativo. Como o setor industrial apresentou um crescimento negativo, outro setor da economia teria de registrar crescimento positivo".

A análise da obtenção do índice de 7,67% revela que a metodologia de cálculo foi alterada: até o ano passado, os índices eram calculados com base no preço médio do censo de 70. Este ano, o preço médio utilizado foi o do censo de 75, com a justificativa de que 75 é um ano mais próximo. Mas, como os preços de 75 são melhores, se consegue com a nova base uma ponderação maior para os produtos, alterando o PIB final. Tanto que, em outra tabela do IBGE, o PIB agrícola atinge somente 6,23%, porque o cálculo teve como base o preço médio do censo de 70.

Mesmo com o preço-base modificado, o setor agrícola não teria apresentado crescimento não fosse a participação do café. Subtraído o café, a produção de grãos do País, com relação a 1980, apresentou uma queda de 2,37%. Em 1980, o País produziu 50.433.700 toneladas em grãos e, no ano passado, 49.236.812 toneladas. Uma relação entre os preços-bases do Censo de 70 e do de 75 demonstra que o preço médio do café teve uma variação de 421,21%.

Há agora, entre os técnicos, uma nova expectativa: a de que todos os PIBs anteriores ao deste ano sejam revistos a partir do novo preço médio do Censo de 75. O fato pode não ser de interesse imediato, mas uma análise histórica da economia nacional mostraria uma realidade diversa da conhecida atualmente.